

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO N° , DE 2004.
(Do Senhor Eduardo Gomes)

Requer a criação de GRUPO DE TRABALHO SOBRE SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO MERCADO NACIONAL, destinado a realizar estudos, discutir, debater matérias, e apresentar relatórios e propostas que tenham como objetivo criar os instrumentos e condições legais que permitam ao Poder Executivo adotar políticas no contexto do NOVO MODELO SETORIAL, visando garantir a continuidade do suprimento de energia elétrica de forma segura e em bases economicamente aceitáveis pela sociedade.

Senhor Presidente,

Requeiro, de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e a Constituição da República Federativa do Brasil, ouvido o plenário desta Comissão, seja criado o GRUPO DE TRABALHO SOBRE SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO MERCADO NACIONAL, destinado a realizar estudos, discutir, debater matérias, e apresentar relatórios e propostas que tenham como objetivo criar os instrumentos e as condições legais que permitam ao Poder Executivo adotar políticas no contexto do NOVO MODELO SETORIAL, visando garantir a continuidade do suprimento de energia elétrica de forma segura e em bases economicamente aceitáveis pela sociedade.

Este Grupo de Trabalho terá, também, como importante missão proceder ao levantamento da situação atual e acompanhar o andamento ou não de todas as ações do Governo Federal relativas ao tema em apreço, identificando e trazendo para conhecimento da Comissão de Minas e Energia as principais dificuldades do setor, e estudar e propor alternativas de medidas que possam ser adotadas pelo Poder Executivo na solução dos problemas.

JUSTIFICATIVA

O parque gerador brasileiro é composto, fundamentalmente, de usinas hidrelétricas, mercê da exuberância dos seus cursos d'água, proporcionando ao Brasil uma fonte de produção de energia elétrica de baixo custo. No entanto, essa alta dependência dos recursos hídricos torna o sistema vulnerável aos riscos hidrológicos. Este fato pode ser comprovado pelo racionamento ocorrido em passado recente, mais precisamente em 2001 e parte de 2002 que impôs sacrifícios a população brasileira, forçando-nos a um rigoroso racionamento do consumo de energia elétrica. Acresce-se, ainda os impactos ocorridos em toda a indústria de energia, principalmente, no que concerne ao faturamento das empresas ,afetando-as, enormemente, em seu equilíbrio econômico financeiro, bem como as consequências que todos nós sabemos no desenvolvimento econômico de nosso País.

Superada a escassez de energia, o setor apresenta hoje no Sistema Interligado Nacional – SIN, um excesso de oferta, com uma capacidade momentânea de produção superior à demanda, com previsão de seu esgotamento por volta de 2008, desde que os 45

projetos de usinas hidrelétricas que já foram outorgados à iniciativa privada sejam de fato construídos.

As projeções do ONS no cálculo da oferta ao longo dos próximos anos levam em conta a produção de apenas 21 usinas hidrelétricas de um total de 45 projetos que foram outorgados à iniciativa privada. Estas usinas, segundo o MME e a ANEEL, estão com o cronograma de licenciamento ambiental em fase adiantada. O estoque de MW destes 45 projetos é de 13.037 MW, sendo que as 21 usinas hidrelétricas encaminhadas somam 7.998 MW (61,3%), enquanto os 24 restantes que encontram-se emperrados totalizam 5.039 MW (38,7%). Segundo, ainda o ONS, 96% dos 21 projetos hidrelétricos em andamento entram em operação até 2006. A partir de 2008, praticamente nenhum novo projeto está programado para produzir nova energia no sistema, daí o sensível aumento do risco de déficit a partir desta data.

Acresce-se, ainda, o fato de Petrobrás não dispor de gás natural para as termelétricas do Nordeste como também para atender a demanda das termelétricas do Sudeste/Sul em sua totalidade. O fato relevante é que o Novo Modelo Setorial determina que todas as geradoras tenham lastro físico da energia que se dispõe a vender. Segundo informações veiculadas na Mídia a Petrobrás pretende converter as suas usinas termelétricas para utilização de óleo Dísel, entretanto, tal empreitada deve ser extremamente difícil tendo em vista a necessidade de obtenção de licenciamento ambiental.

Neste contexto, e diante de tantas incertezas, o Congresso Nacional não pode estar ausente deste importante tema. A Câmara dos Deputados não pode ficar alheia a esses fatos, e, esta Comissão de Minas e Energia precisa estar permanentemente atuante, buscando e recebendo todos os esclarecimentos pertinentes, que a mantenham adequadamente informada, para poder colaborar com a sociedade, acompanhando o Poder Executivo, e, discutindo e votando as matérias que venham a se transformar nos instrumentos legais necessários à identificação e superação desses problemas de modo a evitar no futuro novas ameaças de risco ao abastecimento de energia elétrica ao nosso País cujas consequências todos nós temos, ainda muito presente em nossas mentes.

Por estas razões, covidamos os membros desta Comissão a aprovarem a proposta que ofereço, no sentido de que seja criado o *GRUPO DE TRABALHO SOBRE SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO MERCADO NACIONAL*, que deverá contribuir ainda mais com o aprimoramento e fortalecimento da atuação da Comissão de Minas e Energia e da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em de Agosto de 2004.

Deputado **EDUARDO GOMES**
(PSDB/TO)